
Memória e perfil das contribuições do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom para os estudos sobre o Serviço de Radiodifusão Pública do Brasil¹

Elton Bruno Pinheiro²
Universidade de Brasília - UnB

Resumo:

No Brasil, o Serviço de Radiodifusão Pública - instituído na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 11.652 de 2008 - enfrenta, historicamente, desafios multidimensionais de natureza conceitual, social, cultural, política, normativa e tecnológica, fortemente relacionados às condições de origem de suas emissoras, marcadas, principalmente, pelas relações contíguas com governos vigentes em diferentes épocas e por variados níveis de injunções do sistema estatal e comercial de radiodifusão em suas trajetórias. Metodologicamente subsidiado pela abordagem cartográfica, realizada em Anais da Intercom, e em diálogo com os aportes da análise descritiva, este artigo traça um perfil da relevante contribuição do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora para os estudos sobre o serviço público de radiodifusão sonora do Brasil. O estudo permite a compreensão sobre os tipos, temas, autores(as), principais referências e desafios a respeito da produção do Grupo sobre o tema das rádios públicas.

Palavras-chave: Rádios Públicas. Serviço de Radiodifusão Pública. Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora. Intercom. Memória.

Rádios públicas, pesquisa e memória

Há três décadas, o Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom tem contribuído significativamente para a produção e circulação do conhecimento sobre o meio radiofônico, que com sua tecnologia, linguagem e função social segue, há mais de um século, se reinventando e atuando de maneira vibrante junto à uma camada expressiva da população brasileira.

Entre as principais características dos movimentos de pesquisa empreendidos pelo referido Grupo estão, de fato, a dimensão coletiva dos seus estudos - marcada pela metodologia de investigações em rede - e a dimensão da inovação, no sentido de que o Grupo Rádio e Mídia e Sonora tem sempre buscado, por meio de abordagens de objetos múltiplos, refletir analiticamente e propor caminhos para o rádio diante do contexto dos principais fenômenos comunicacionais, sociais e culturais da contemporaneidade, que contribuem e/ou tensionam o fazer radiofônico.

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Doutor em Comunicação e Sociedade (PPGCom/UnB). Pesquisador e Líder do Observatório de Radiodifusão Pública na América Latina (UnB/CNPq), Membro dos Grupos de Pesquisa: Laboratório de Políticas de Comunicação - LaPCom (UnB/CNPq) e Acesso Livre (UnB/CNPq). Coordenador do Núcleo de Estudos, Produção e Inovação em Linguagem Sonora - NEPLIS, do Laboratório de Áudio da FAC/UnB. E-mail: eltonbruno@unb.br.

Outro aspecto marcante da atuação do Grupo é a reflexão que este já empreendeu sobre as suas próprias produções, por meio de publicações que as revisitam e, assim, as ressignificam. Este último aspecto aqui assinalado revela, portanto, a importância da memória para esse coletivo de pesquisadores e pesquisadoras, que são das cinco regiões do Brasil. As dimensões da valorização da memória e do trabalho em rede podem ser atestadas, para além do Anais do Congresso que constituem o *corpus* desse trabalho, pelas 25 publicações coletivas que marcam a atuação do GP Rádio e Mídia Sonora nestes 30 anos, como revela o Quadro 1, a seguir:

Quadro 01 – Obras coletivas produzidas pelo GP Rádio e Mídia Sonora

Ano	Livro
1998	MEDITSCH, Eduardo (Org.). Rádio e pânico: a Guerra dos mundos, 60 anos depois. Florianópolis: Insular, 1998
1999	DEL BIANCO, Nélia R e MOREIRA, Sonia Virgínia (Org.). Rádio no Brasil: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília, DF: UnB, 1999.
2001	MOREIRA, Sonia Virgínia e DEL BIANCO, Nélia R. (Org.). Desafios do rádio no século XXI. São Paulo / Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação / Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2001.
2003	HAUSSEN, Dóris Fagundes e CUNHA, Mágda (Org.). Rádio brasileiro: episódios e personagens. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2003.
2004	BAUM, Ana (Org.). Vargas, agosto de 54: a história contada pelas ondas do rádio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
2005	MEDITSCH, Eduardo (Org.). Teorias do rádio: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2005, v. 1.
2008	MEDITSCH, Eduardo e ZUCULOTO, Valci (Org.). Teorias do rádio: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2008, v. 2.
2009	KLÖCKNER, Luciano e PRATA, Nair (Org.). História da mídia sonora: experiências, memórias e afetos de Norte a Sul do Brasil. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2009.
2010	FERRARETTO, Luiz Artur e KLÖCKNER, Luciano (Org.). E o rádio? Novos horizontes midiáticos. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2010.
2010	VICENTE, Eduardo e GUERRINI JÚNIOR, Irineu (Org.). Na trilha do disco: relatos sobre a indústria fonográfica no Brasil. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.
2011	KLÖCKNER, Luciano e PRATA, Nair (Org.). Mídia sonora em 4 dimensões. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2011.
2011	PRATA, Nair (Org.). Panorama do rádio no Brasil. Florianópolis: Insular, 2011.
2011	MOREIRA, Sonia Virgínia (Org.). 70 anos de Radiojornalismo no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
2012	DEL BIANCO, Nélia (Org.). O Rádio na era da convergência. São Paulo: Intercom, 2012.
2012	PRATA, Nair e SANTOS, Maria Cláudia. Enciclopédia do Rádio Esportivo Brasileiro. Florianópolis: Insular, 2012.
2012	RANGEL, Patrícia e GUERRA, Márcio. O Rádio e as Copas do Mundo. Juiz de Fora: Juizforana Gráfica e Editora, 2012.
2013	MEDITSCH, Eduardo (Org.). Rádio e Pânico 2 – A Guerra dos Mundos, 75 anos depois. Florianópolis: Insular, 2013.
2015	MARQUES DE MELO, José e PRATA, Nair. Radialismo no Brasil – Cartografia do Campo Acadêmico (Itinerário de Zita, a pioneira). Florianópolis: Insular, 2015
2015	OLIVEIRA, Madalena e PRATA, Nair. Rádio em Portugal e no Brasil: Trajetória e Cenários. Braga-Portugal: CS Edições, 2015
2016	ZUCULOTO, Valci; LOPEZ, Debora e KISCHINHEVSKY, Marcelo (Org.). Estudos Radiofônicos no Brasil: 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom. São Paulo: INTERCOM, 2016.
2017	MEDITSCH, Eduardo e BETTI, Juliana Gobbi (Org.). [Tradução coletiva] Mario Kaplún. Produção de Programas de Rádio: do roteiro à direção. Florianópolis: Insular, 2017.
2017	DEL BIANCO, Nélia; KLÖCKNER, Luciano; FERRARETTO, Luiz Arthur. (Org.) 80 anos das rádios Nacional e MEC. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
2018	MEIRELES, Norma; PINHEIRO, Elton Bruno; BARROSO, Livia. Rádio: estudos contemporâneos. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.
2018	PRATA, Nair; BIANCO, Nélia R. Del. Migração do Rádio AM Para o FM: Avaliação de Impacto e Desafios Frente à Convergência Tecnológica. Florianópolis: Insular, 2018.
2019	ALBUQUERQUE, Eliana; MEIRELES, Norma. (Org.) Rádios universitárias: experiências e perspectivas [recurso eletrônico] / Eliana Albuquerque, Norma Meireles, organizadoras. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

Fonte: Elaboração própria.

A memória, no sentido que a abordamos aqui, é instrumento e prática social que permite a ressignificação das aprendizagens e conhecimentos compartilhados no âmbito do Grupo, assim como oportunidade de registro para o acesso e uso de outras gerações de pesquisadores(as) interessados(as) pelo tema. Sobre a importância da memória e do compartilhamento de conhecimento, Cyntia Cardoso (2015), num olhar analítico-retrospectivo, permite-nos refletir como esta é uma prática vital e fomentadora de novos movimentos de formação:

Compartilhar experiências, sobretudo nas primeiras civilizações, configurou-se na sobrevivência da própria espécie humana, que logo entendeu quão efêmero é o saber quando restrito a um indivíduo ou a um pequeno grupo. Quando não compartilhado, o conhecimento facilmente se oblitera, impossibilitando a formação de novas deduções advindas de ideias originárias. (CARDOSO, 2015, p.12).

Trabalhos acadêmicos que, ao mapear, registrar e buscar compreender e elucidar o perfil daquilo que já foi produzido sobre determinado tema e/ou por um coletivo específico, em nossa compreensão, dialogam com a aquilo que ponderou Joël Candau (2005), a respeito do histórico da valorização e da ressignificação da memória, isto é, tratamos aqui, especificamente, de um movimento de conscientização que se apresenta muito fortemente na atuação/produção do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom, no sentido de buscar permitir que diferentes gerações possam vir a ter contato com suas produções/contribuições.

[...] são provavelmente as expressões originais de uma preocupação propriamente humana: inscrever, assinar, parafrasear, resumir, “fazer memória”, quer se trate de uma memória explícita [...] ou de uma memória mais complexa mas também de concentração semântica mais forte, aquelas das formas, das abstrações, dos símbolos [...]. (CANDAU, 2005, p. 68).

Destarte, o registro memorial e reflexivo-analítico que fazemos no presente estudo tem como foco central a produção do Grupo voltada ao objeto específico *Serviço de Radiodifusão Pública* de natureza sonora, isto é, às emissoras públicas de rádio - “complementares” àquelas que, apesar do caráter público de suas concessões/outorgas, têm fins “comerciais” ou meramente “estatais”. (Cf. BRASIL, 1988) (BRASIL, 2008),

Pela importância das rádios públicas que, na prática, têm sido ameaçadas por ações antidemocráticas que caracterizam a atuação dos chefes do poder executivo federal brasileiro desde meados de 2016, e considerando o protagonismo do GP Rádio e Mídia Sonora na abordagem dessa temática, a partir de estudos com abordagens e recortes múltiplos, este trabalho se articula também a partir do eixo da memória, na perspectiva de que o mesmo se configure, como nas palavras de Candau (2005) como uma espécie de “fazer memória” sem, contudo, perder

de vista o desafiador percurso - presente e futuro – que se apresenta ao tema das emissoras públicas.

Para Marilena Chauí (2000, p. 158), a memória é “a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total”, é “[...] uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança”. (CHAUÍ, 2000, p. 128). Evocar essa conceituação nos parece pertinente não apenas por justificar a importância de estudos como este, que visa sistematizar o histórico de produção do GP Rádio e Mídia e Sonora sobre um tema específico, mas também porque nos permite enfatizar que para uma compreensão mais aprofundada do que é o próprio Serviço de Radiodifusão Pública no Brasil e dos tensionamentos que o mesmo enfrenta na contemporaneidade é extremamente necessário compreender as suas “condições de origem” (PINHEIRO, 2019).

A produção do Grupo sobre o tema das rádios públicas no Brasil “des(en)cobre” (SILVA, 2010) relevantes aspectos do passado e do presente do Serviço, os quais, em considerável medida, tensionam a atuação futura das rádios públicas no Brasil. Nesse sentido, como evidenciaremos mais adiante nesse trabalho, o conjunto de estudos sobre o tema das rádios públicas apresentado nos Congressos Anuais da Intercom configura-se como um “lugar de memória” (ASSMANN, 2011) cujo acesso e imersão podem permitir a ampliação do referencial teórico a respeito da radiodifusão sonora pública no Brasil, assim como um fundamentado exercício de continuidade de pesquisas na área, uma vez que consideramos que estas, pela própria natureza do referido tema, nos incitam a, como sugere Jesús Martín Barbero (2008, 249) ao abordar o tema comunicação e história: “achar pontos-chaves do passado para identificar e decifrar as encruzilhadas do presente”.

Ao voltar-se à produção do GP Rádio e Mídia Sonora a respeito do tema das rádios públicas, o fazemos, em considerável medida, à luz do pensamento de Cardoso (2015, p. 14), para quem “a memória se configura em uma construção desenvolvida com o passar do tempo, permitindo que os sujeitos que compõem o grupo vejam nela o entendimento e a visão que têm sobre si mesmos e possibilite o avanço de novas descobertas [...]”.

Entendemos que um Grupo de Pesquisa se caracteriza por uma dupla estrutura de fins: a participação na produção colaborativa de conhecimentos científicos em área(s) de interesse comum; e a formação continuada a partir do compartilhamento de experiências entre integrantes. O presente estudo se justifica, portanto, pela reflexão de como o tema da radiodifusão pública vem sendo compreendido e trabalhado por pesquisadores(as) do GP Rádio e Mídia Sonora da Intercom. A relevância deste está, além da ressignificação de um aspecto da memória do Grupo

que celebra seus 30 anos em 2021, na contribuição ao tema da Radiodifusão Pública num momento em que ela está sobre fortes ameaças e precisa, portanto, ser ainda mais pesquisada, debatida e aprimorada no Brasil.

Reflexão sobre o método

O universo da pesquisa é representado pelos artigos que abordam o tema do Serviço de Radiodifusão Sonora Pública, apresentados do GP Rádio e Mídia Sonora da Intercom no período de 1991 a 2020, tendo sido o Portal Intercom a fonte de consulta. A coleta foi realizada durante os 15 primeiros dias do mês de junho de 2021. No processo de mapeamento, foram utilizadas como indicadores os termos (com as devidas variações de gênero e número): radiodifusão pública; serviço de radiodifusão pública; rádio público; rádios públicas; emissoras públicas, comunicação pública - nos títulos, resumos e palavras-chave de cada artigo.

Importante ressaltar que a própria designação Serviço de Radiodifusão Pública, embora presente na Constituição Federal de 1988, só passou a ser mais disseminada no Brasil a partir de 2008, quando foi promulgada a Lei nº 11.652, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autorizou o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC; alterando a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dando outras providências.

Esse momento histórico da regulamentação do Serviço de Radiodifusão Pública brasileiro coincide com o ano das primeiras publicações mapeadas pela presente pesquisa que abordam diretamente o referido Serviço nos termos previstos nos dispositivos da referida Lei nº 11.652, conhecida como Lei da EBC e na já mencionada Constituição Federal de 1988, que em seu Artigo nº. 223 assinala: “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o *serviço de radiodifusão sonora* e de sons e imagens, observado o princípio da *complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.*” (Grifos nossos) (BRASIL, 1988).

Destarte, após o mapeamento da produção do GP Rádio e Mídia Sonora sobre o tema específico da Radiodifusão Pública nas últimas três décadas, foram registrados e passaram a integrar o *corpus* desse trabalho 22 (vinte e dois) artigos científicos, conforme sistematizado no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Artigos do GP Rádio e Mídia Sonora que integram o *corpus* da pesquisa

Título	Autoria	Ano	Evento	Palavras-chave
As grandes fases do Rádio Público Brasileiro: em busca de uma periodização para pesquisas históricas deste segmento da radiofonia nacional	Valci Regina Mousquer Zuculoto	2008	Intercom Natal/RN	Rádio Público. História do Rádio. Sistema Educativo de Rádio. Periodização. Programação.
A programação do Rádio brasileiro do campo público: um resgate da segunda fase histórica, dos anos 40 ao início dos 70	Valci Regina Mousquer Zuculoto	2009	Intercom Curitiba/PR	História do Rádio Brasileiro. Programação Radiofônica. Rádio Público. Rádio Estatal. Rádio Educativo.
A época de ouro do rádio educativo: a consolidação da instrução pelas ondas radiofônicas estatais e públicas	Valci Regina Mousquer Zuculoto	2010	Intercom Caxias do Sul/RS	História do Rádio no Brasil. Programação Radiofônica. Rádio Público. Rádio Educativo. Rádio Estatal.
Estratégias de Programação da Rádio Câmara	Sílvia Mugnatto Macedo Cristiane Brum Bernardes	2010	Intercom Caxias do Sul/RS	Comunicação Pública. Rádios Públicas. Rádios Legislativas. Rádio Câmara.
A história do Rádio Público no Brasil: um resgate pela linha do tempo	Valci Regina Mousquer Zuculoto	2011	Intercom Recife/PE	Rádio Público. Rádio Estatal. Rádio Educativo. Programação radiofônica. História do Rádio no Brasil
O Conceito de Radiodifusão Pública na visão de pesquisadores brasileiros	Nelia Del Bianco Camila Curado	2014	Intercom Foz do Iguaçu/PR	Radiodifusão Pública. Legislação. Histórico. Definição. Comunicação.
Lei de Meios como estratégia de fortalecimento da radiodifusão pública: o caso da Argentina, Equador e Uruguai	Nelia Del Bianco Carlos Eduardo Esch Sonia Virgínia Moreira	2014	Intercom Foz do Iguaçu/PR	Radiodifusão Pública. Políticas de Comunicação. Lei de Meios.
As rádios públicas brasileiras e o Golpe de 64: principais estações e seus contextos históricos no período de instauração da ditadura	Valci Regina Mousquer Zuculoto Guilherme Gonçalves Longo	2014	Intercom Foz do Iguaçu/RS	História do Rádio. Rádio Público. Ditadura Militar. Golpe de 64.
Pensar a Comunicação Pública Latino-Americana no Contexto da “Cultura da Conexão”: Possibilidades e Desafios	Elton Bruno Pinheiro	2015	Intercom Rio de Janeiro/RJ	Comunicação Pública. Cultura da Conexão. Propagabilidade. Participação. América Latina.

Performance das Rádios Públicas da Empresa Brasil de Comunicação no Cenário da Convergência Digital e da Conexão em Rede	Elton Bruno Pinheiro	2016	Intercom São Paulo/SP	Rádios Públicas. Empresa Brasil de Comunicação. Convergência Digital. Conexão em Rede.
As rádios públicas do Rio de Janeiro e as novas tecnologias do século 21: o que mudou na interação com os ouvintes e na produção de conteúdos?	Izani Pibernat Mustafá	2016	Intercom São Paulo/SP	Rádio Pública. Rádio na web. <i>Internet</i> . <i>Facebook</i> . <i>WhatsApp</i> .
Tensionamentos sobre as condições de origem e perspectivas do Serviço de Radiodifusão Pública no Brasil	Elton Bruno Pinheiro	2016	Intercom Goiânia/GO	Radiodifusão no Brasil. Serviço Público de Radiodifusão. Emissoras Públicas
Educativa, Estatal ou Pública: a tentativa de reconstrução de uma nova marca para a comunicação não comercial brasileira – um estudo de caso da Empresa Brasil de Comunicação	Thiago Pereira Regotto de Oliveira	2016	Intercom São Paulo/SP	Comunicação Pública. Rádio MEC. Rádio Nacional. TV Brasil. Empresa Brasil de Comunicação
A abordagem da velhice em rádios públicas de Portugal e Brasil e os usos do rádio pelos idosos em Braga/Portugal e no Distrito Federal/Brasil	Ellis Regina Araújo da Silva	2017	Intercom Curitiba/PR	Rádios Públicas. Idosos. Antena 1. Radioagência Nacional.
A Programação da FM Cultura no contexto da segmentação do rádio de Porto Alegre	Douglas Elias Carvalho	2017	Intercom Curitiba/PR	Segmentação. Rádio Público. Comunicação Pública. Rádio em Porto Alegre. FM Cultura.
Em Brasília, 24 horas: cartografia da radiodifusão pública de FM em Natal/RN	Ciro Jose Peixoto Pedroza	2017	Intercom Curitiba/P	Radiodifusão pública. Redes via satélite. Rádio Senado. Rádio Marinha. Natal/RN.
Rádio MEC-AM: uma emissora em defesa da cidadania?	Ana Baumworcel	2017	Intercom Curitiba/PR	Rádio MEC-AM. Rádio pública. Programação. Cidadania.
Registros históricos dos tempos recentes da Rádio Nacional do Rio de Janeiro – De Emissora Comercial Nacional a Rádio Pública Local?	Valci Regina Mousquer Zuculoto	2017	Intercom Curitiba/PR	Rádio Nacional. Rádio Público. Rádio Estatal. Programação Radiofônica. EBC.
Os desafios do Serviço de Radiodifusão Pública do Brasil na era post-broadcasting	Elton Bruno Pinheiro	2017	Intercom Curitiba/PR	Serviço de Radiodifusão Pública; Radiodifusão Sonora; Rádios Públicas; Post-broadcasting; EBC

Rádios Universitárias: proposta de indicadores-chave com base nos marcos conceituais de emissoras públicas	Paulo Fernando de Carvalho Lopes Roberto de Araújo Sousa	2019	Intercom Belém/PA	Rádio. Rádios Universitárias. Radiodifusão pública. Universidades Federais.
O Serviço de Radiodifusão Pública Brasileiro sob o ponto de vista histórico social-compreensivo	Elton Bruno Pinheiro	2019	Intercom Belém/PA	Serviço de Radiodifusão Pública. Sociologia Compreensiva. Políticas e Estratégias de Comunicação.
Mecanismos de Participação Social na Rádio Pública Estatal no Sudeste	Ivana Soneghetide Mingo Edgard Rebouças	2020	Intercom Salvador/BA	Rádio pública. Participação Social. Independência. Economia Política da Comunicação. Políticas Públicas de Comunicação.

Fonte: Elaboração própria (com informações do Portal Intercom)

Importante ressaltar que um número considerável de trabalhos produzidos por pesquisadores(as) do GP Rádio e Mídia Sonora, sobretudo de 1991 a 2007, estão voltados ao que compreendemos como “o amplo campo da comunicação pública”, a exemplo das questões específicas sobre as rádios Universitárias e as FMs Educativas. Estes, por sua vez, não integram o *corpus* aqui delimitado porque tanto em relação aos eixos de articulação teórica que cotejam quanto ao marco regulatório no qual se baseiam enfocam em abordagens diferentes daquela que interessa ao nosso recorte específico, isto é, relacionadas ao que rege a Lei nº 11.652, de 2008.

Discussão

Analisando as modalidades de pesquisa sobre o tema do Serviço de Radiodifusão Sonora Pública apresentadas no GP Rádio e Mídia Sonora, verificou-se, como mostra o Quadro 3, que a maioria das produções, o que representa 55% dos artigos mapeados, se dedica a investigações teóricas, sendo que entre estas a predominância é de estudos que priorizam a interface da Radiodifusão com a História, de modo a periodizar a sua trajetória no país, destacando suas condições de origem no Serviço de Radiodifusão Educativa e nas injunções do Sistema Estatal. Todavia, há também uma parcela de trabalhos voltados a outras duas outras questões igualmente relevantes: o debate conceitual, em si, acerca do que vem a ser o Serviço de Radiodifusão Pública e, nesse sentido, a questão normativa-legal peculiar do contexto brasileiro – e latino americano – é um outro aspecto predominante na produção analisada sendo que, nesse caso, cabe destacar uma considerável recorrência aos estudos da Unesco (2001), notadamente para assinalar a questão do mandato, missão e princípios indicados à programação destas emissoras

(universalidade, diversidade, diferenciação e independência), como um dos principais eixos de articulação teórica.

Um ponto a ser destacado é que parte expressiva dos trabalhos de natureza teórica analisados desenvolvem exatamente o argumento da existência de um amplo campo público da radiodifusão, no qual estariam (sic) inseridas emissoras educativas, universitárias, culturais e estatais; e há outro expressivo número de textos que assinalam de maneira mais direta a necessidade de uma espécie de delimitação para a compreensão de Radiodifusão Pública a partir do que regulamentam os dispositivos legais da Lei nº 11.652 de 2008, a qual estabelece os objetivos e princípios do Serviço de Radiodifusão Pública como complementar aos Serviços Privado e Estatal, assim como rege a Constituição Federal brasileira em seu Artigo nº 223.

Quadro 3 - Modalidades de Pesquisa sobre o Serviço Público de Radiodifusão Sonora apresentados no GP Rádio e Mídia Sonora da Intercom

Período	Modalidade de Pesquisa			Quantidade de artigos
	Teórica	Empírica	Aplicada	
2008 - 2020	55%	36%	9%	22

Fonte: Elaboração própria

As pesquisas de natureza empírica, que segundo Sampieri (2010) têm como base dados da “realidade” que apoiam ou evidenciam uma ou várias afirmações, somam 38% do *corpus* analisado, uma quantidade também relativamente expressiva e que revela uma outra vocação da produção do conhecimento sobre o Serviço de Radiodifusão Pública realizada e/ou debatida no âmbito do GP Rádio e Mídia Sonora, no sentido de que seus(as) pesquisadores(as) cotejam teoria e prática, notadamente na defesa das emissoras públicas e cômicos dos desafios que esta esfera da radiodifusão enfrenta no contexto brasileiro em relação às várias dimensões que envolvem o referido Serviço, quais sejam: programação, gestão, participação social, financiamento, legislação, políticas públicas e inovação tecnológica, assim como as questões de legitimidade e sustentabilidade sociais.

No conjunto dessas produções do Grupo mapeadas pela presente pesquisa, é preciso se fazer novo destaque para a expressiva quantidade de trabalhos que voltam suas análises empíricas ao campo mais amplo da radiodifusão pública, no sentido de se dedicarem também à reflexão das práticas das emissoras universitárias e FMs educativas; assim como cabe ressaltar um conjunto de produções voltadas a analisar a atuação das rádios públicas - do âmbito federal e regional - no ambiente mediático sociodigital contemporâneo.

Já em relação às pesquisas de natureza aplicada, as quais, segundo Fleury e Werlang (2016-2017) se voltam a “problemas presentes nas atividades das instituições organizações, grupos ou atores sociais”, estando sobretudo dedicadas à “elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções” e que, segundo Thiollent (2009, p.36), objetivam responder demandas apresentadas por “cliente, atores sociais ou instituições”, percebe-se um número ainda tímido no contexto das produções do *corpus*, apenas 9%, o que pode ser explicado, por exemplo, pelos tensionamentos político-partidários aos quais estas emissoras estão, historicamente, submetidas, ampliados desde o segundo semestre de 2016, na esfera federal e também local. Isto impacta processos mais continuados de coleta de dados e acompanhamento mais próximo das rotinas das rádios públicas. Trata-se de desafio a ser encarado não só por pesquisadores(as), mas por toda a sociedade, levando-se em conta a importância dessas emissoras para o exercício da cidadania e para a defesa da democracia. Esse tipo de pesquisa, como argumentam Fleury e Werlang (2016-2017) precisa se expandir, sobretudo por sua capacidade de “gerar impacto”, seja este social, cultural ou político para o Serviço de Radiodifusão Sonora Público do Brasil.

Em relação às temáticas, como pode ser observado no Quadro 4, a seguir, a questão da *programação* é predominante, com 50% dos estudos do *corpus*. Nesta camada específica de trabalhos, é possível encontrar tanto análise sobre programação a partir de um viés histórico quanto reflexões analíticas/empíricas a respeito das características da programação mais atual de emissoras de rádio diversas. Apesar de ser um aspecto extremamente importante e que se configura com um dos mais marcantes desse segmento de emissoras, é preciso pontuar que a questão da programação não é o único aspecto pelo qual as emissoras públicas devem se diferenciar, sendo as questões relacionadas à gestão e financiamento imprescindíveis à própria problematização da característica da programação dessas emissoras. Todavia, quando mencionam os aspectos históricos das emissoras estudadas, esses outros tópicos para os quais chamamos atenção acabam por surgir como transversais.

Quadro 4 – Principais Temáticas abordadas sobre o Serviço Público de Radiodifusão Sonora em artigos apresentados no GP Rádio e Mídia Sonora da Intercom

Tema	Programação	Relação com Tecnologias Contemporâneas	Conceito	Legislação / Políticas Públicas
Quantidade	50%	23%	18%	9%

Fonte: Elaboração própria

A questão da *relação das emissoras públicas de rádio com as tecnologias contemporâneas* aparece como central em 23% das produções analisadas, sendo que estas destacam, sobretudo, a necessidade do Serviço de Radiodifusão Sonora Pública inserir-se e integrar-se aos diferentes ambientes mediáticos sociodigitais, como *sites*, aplicativos, redes de comunicação *online* (como *Facebook, Instagram, Twitter*). Alguns desses estudos argumentam que esse processo pode significar possibilidades de as rádios agregarem ainda mais valor e significado às suas produções e atuação na atual ecologia mediática.

Há produções que tensionam o papel das políticas públicas nesse contexto da integração das emissoras públicas de rádio no ambiente digital, convergente e articulado em rede. Contudo, de maneira mais específica e central, o tema da *Legislação e das Políticas Públicas* voltadas para o Serviço de Radiodifusão Pública representam 9% da produção analisada. Ressaltar o referido percentual é importante porque revela investigações realizadas em âmbito nacional, as quais, em considerável medida, também cotejam contextos internacionais, sejam eles latino-americanos, norte-americanos ou europeu.

A questão *conceitual*, que na visão de diferentes pesquisadores(as) do Grupo ainda representa um desafio, tendo em vista a recente regulamentação do Serviço de Radiodifusão Pública no Brasil e uma certa imprecisão na questão da complementaridade entre os serviços disposta da Constituição Federal, aparece de maneira relativamente expressiva, sendo abordada em 18% das produções, discutindo, sobretudo, o desafio de superação de um “passivo simbólico” junto à população brasileira, no sentido de que ela ainda não reconhece o Serviço de Radiodifusão Pública como um direito e, mais do que isso, como meio de promoção da cidadania e de fortalecimento da democracia.

Quando observadas as palavras-chave dos resumos dos artigos mapeados, estas somaram um total de 61 expressões diferentes. Selecionamos e sistematizamos, no Quadro 5, a seguir, as dez palavras-chave mais utilizadas pelas autoras e autores. “Rádio Pública” é a palavra-chave mais citada e a ocorrência do termo “serviço de radiodifusão pública”, em si, ainda é muito tímida, sendo superada pela ocorrência do termo “rádio estatal” e do conceito mais amplo de “comunicação pública”. A tendência de uma compreensão das rádios públicas como um objeto de estudo distinto é nítida, no entanto, é igualmente perceptível que este grupo de emissoras têm sido estudado num contexto de compreensão de um amplo campo público, do qual também parte considerável dos autores e das autoras consideram fazer parte as emissoras educativas, universitárias e, em alguns casos, as rádios estatais. Revela-se, portanto, a persistência de um desafio conceitual que deve continuar sendo explorado pelo Grupo, relacionado ao tema da

“complementaridade” dos Serviços Público, Privado e Estatal, conforme rege a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988).

Outro destaque que pode ser dado é a 2ª e a 3ª palavras-chave mais recorrentes, a saber: “programação” e “história do rádio no Brasil”. Trata-se de um indicativo da contribuição do Grupo a um importante campo de estudos nessa área e, ao mesmo tempo, um indício de outros aspectos referentes ao Serviço de Radiodifusão Pública que precisam ser ainda mais abordados e refletidos, como é o caso da gestão, da participação social, do financiamento, desafios das rádios públicas frente às tecnologias digitais contemporâneas e até mesmo a questão da relação dessas emissoras com o público (cidadãos e cidadãs), estudos de audiência, assim como de representação dessas emissoras por parte de outros segmentos de mídia.

Quadro 5 - Número de recorrências de palavras-chave

Palavra-chave	Número de recorrências
Rádio Pública	10
Programação	6
História do Rádio no Brasil	5
Comunicação Pública	4
EBC – Empresa Brasil de Comunicação	4
Radiodifusão Pública	4
Rádio Estatal	4
Serviço de Radiodifusão Pública	3
Rádio Educativo	3
Políticas de Comunicação	3

Fonte: Elaboração própria

No quadro 6, a seguir, sistematizamos os nomes de autoras e autores mais referenciadas e referenciados nos artigos que integraram o *corpus* da presente pesquisa. As professoras e pesquisadoras brasileiras - e integrantes do GP Rádio e Mídia Sonora - Sônia Virgínia Moreira, Valci Zuculoto e Nelia Del Bianco são as três mais citadas. Assim como elas, outros(as) pesquisadores(as) que integra(ra)m o GP Rádio e Mídia Sonora da Intercom também figuram entre as referências mais citadas, a exemplo de Luiz Artur Ferraretto, Carlos Eduardo Esch, Eduardo Meditsch, Elton Bruno Pinheiro e Doris Haussen. Ou seja, quase metade das principais obras de referência mencionadas nos estudos analisados são de autoria de pesquisadores(as) cuja produção, especialmente no âmbito do referido Grupo, aparece como expressiva no debate sobre o Serviço de Radiodifusão Pública Brasileiro, seja na abordagem da historicidade do meio radiofônico, das questões relacionadas às políticas públicas ou à sua regulamentação no escopo da radiodifusão pública ou mesmo na reflexão sobre os desafios dessa parcela de emissoras na hodierna ecologia de mídia.

De modo geral, observou-se que as referências mais recorrentes no contexto dos trabalhos analisados estão voltadas a estudos teóricos e empíricos que abordam, respectivamente, tanto a questão conceitual - e, nesse sentido, muitas delas estão baseadas nos princípios e objetivos do documento da Unesco (2001) que aparece com a 4ª referência mais citada - e as condições de origem das emissoras públicas, quanto relacionadas a objetos de estudo como emissoras ou conjunto de emissoras específico, com destaque para aquelas que integram o sistema de rádios da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Quadro 6 – Autoras(es) mais referenciadas(os) nos trabalhos analisados

Autoras(es) mais referenciadas(os)	Número de ocorrências nas referências	País
Moreira, Sônia Virgínia	23	Brasil
Zuculoto, Valci	22	Brasil
Bianco, Nelia R. Del	15	Brasil
Unesco - Conseil mondial de la radiotélévision	13	Canadá
Ferraretto, Luiz Artur	12	Brasil
Blois, Marlene	10	Brasil
Esch, Carlos Eduardo	9	Brasil
Bucci, Eugênio	7	Brasil
Martin-Barbero, Jesús	6	Espanha
Ramos, Murilo	5	Brasil
Meditich, Eduardo	5	Brasil
Duarte, Jorge	5	Brasil
Pieranti, Octavio Penna	5	Brasil
Pinheiro, Elton Bruno	5	Brasil
Valente, Jonas	4	Brasil
Santos, Suzy dos	4	Brasil
Silveira, Érico da	4	Brasil
Martinez-Costa, Maria Pilar	4	Espanha
Luiz Carlos Saroldi	4	Brasil
Haussen, Doris	4	Brasil

Fonte: Elaboração própria

Ressalta-se que 85% das(os) autoras(es) mais citadas(os) nas produções do Grupo a respeito das rádios públicas são brasileiras(os). Há duas referências espanholas entre as de maior influência: Jesús Martin-Barbero e Maria Pilar Martinez-Costa, o que pode ser explicado sobretudo pela vertente histórica de muitos dos estudos e da reflexão a respeito da origem e influência do educativo nas produções de natureza pública. Além disso, figuram entre as principais referências dos trabalhos mapeados os estudos de natureza coletiva e comparativa realizados pela Unesco. E predomina, entre as referências observadas, autoras(es) da grande área da Comunicação. De maneira expressiva, nota-se a abordagem da Radiodifusão Pública também

a partir de estudos interdisciplinares, notadamente com áreas como a História, o Direito, a Sociologia e as Políticas Públicas.

Considerações finais

No momento em que o Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom, celebra a efeméride de seus 30 anos de atuação, o presente estudo foi realizado com o objetivo de contribuir para a construção memorial da produção científica do Grupo sobre o tema do serviço de radiodifusão sonora pública do Brasil. Para tanto, revisamos a produção científica sobre o referido tema nos Anais dos Congressos da Intercom desde a data de fundação do Grupo, em 1991, sendo que a produção delimitada como *corpus* esteve concentrada no período de 2008 a 2020, fato que pode ser explicado, em considerável medida, por 2008 marcar o ano da regulamentação do Serviço de Radiodifusão no Brasil, por meio da Lei nº 11.652, conhecida como Lei da EBC.

Entretanto, fundamentando-se principalmente na noção de memória e do processo de ressignificação desta, o perfil que o presente estudo registrou sobre a contribuição científica do Grupo - que agrega pesquisadoras e pesquisadores de todas as regiões do país e é notadamente reconhecido por suas produções coletivas e vínculos afetivos entre seus(as) integrantes - valorizou a trajetória, desde seu surgimento, para o fortalecimento do amplo campo público da radiodifusão, uma vez que, desde 1991, configura-se como espaço-tempo para o a reflexão aprofundada sobre o papel das emissoras educativas, culturais, universitárias, e também as comunitárias, principalmente na conformação de uma programação radiofônica marcada pela diversidade de temas e pluralidade de vozes.

Destarte, a produção aqui perfilada e refletida revela que o grupo tem dado importantes passos e aberto cada vez mais seu espaço para o debate conceitual acerca da natureza - princípios, objetivos, mandato e missão - do Serviço de Radiodifusão Pública, conforme existência prevista na Constituição Federal Brasileira de 1988, isto é, reconhecendo o papel complementar das emissoras abarcadas direta e indiretamente por esse segmento.

É notável que, sobretudo nos últimos dez anos, pesquisadoras e pesquisadores do GP Rádio e Mídia Sonora têm, por meio de suas produções anualmente apresentadas nos Congressos da Intercom, reverberado ainda mais o papel do Serviço de Radiodifusão Pública, em si, na defesa da democracia no Brasil, que está fortemente ameaçada pelos (des)governos empossados e/ou eleitos desde a segunda metade de 2016, os quais ameaçam com frequência a existência/sobrevivência das emissoras públicas que, como sabemos, num país onde prevalece um serviço de radiodifusão privada oligopolizado, são imprescindíveis ao exercício da cidadania.

Os anos vindouros, certamente, apresentarão novos desafios ao Serviço de Radiodifusão Pública, especialmente às emissoras de rádio deste segmento, as quais cumprem papel importantíssimo em todas as regiões do país, especialmente em áreas de deserto de notícias. Esta certeza aqui assinalada em relação aos desafios a serem enfrentados pelas emissoras públicas é totalmente proporcional ao reconhecimento de que a comunidade acadêmica e a produção científica, especialmente aquela desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom, seguirá contribuindo, como tem feito ao longo destas três décadas.

Por fim, consideramos que a reflexão analítica empreendida no presente estudo pode se configurar com uma espécie não só de memória a respeito da contribuição do GP para o tema, mas também uma motivação a mais para o desenvolvimento de pesquisas - aplicadas, empíricas e teóricas - que visem fortalecer o Serviço de Radiodifusão Pública, tanto diante das injunções e proselitismos político-partidários que o acompanham desde a sua origem nas pioneiras emissoras educativas e governamentais quanto diante dos desafios que representa o cenário midiático e tecnológico contemporâneo, nesse momento marcado por fenômenos complexos advindos da lógica digital, da convergência, da articulação rede e da era da plataformação.

Referências

- ASSMANN, A. **Espaços de recordações: formas e transformações da memória cultural**. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 11.652, de 7 de abril 2008**. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo [...]. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 7 de abril de 2008.
- CANDAU, Joël. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- CARDOSO, Chaves de Carvalho Gomes Cardoso. memória circunscrita: adoção e uso dos conceitos de memória nas dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba – PPGCI/UFPB. 2015. 92 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- FLEURY, Maria Tereza Leme; WERLANG, Sergio R. C.. Pesquisa Aplicada - conceitos e abordagens. GV Êsquisa. **Anuário de Pesquisa 2016-2017**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/article/view/72796>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Saberes hoje: disseminações, competências e transversalidades. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMAN, Micael. **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X, Globo Universidade, 2008.
- PINHEIRO, Elton Bruno Barbosa. Radiodifusão sonora pública do Brasil: o processo de conformação do serviço e os desafios de sua integração no ambiente digital. 2019. 545 f., il. **Tese** (Doutorado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- PORTAL INTERCOM. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/>. Acesso em: 01 jun. 2021.
- THIOLLENT, M.. **Metodologia de Pesquisa-ação**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- SAMPIERI HERNÁNDEZ, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. **Metodología de la investigación**. 5 ed. Ciudad de México: Mc Graw Hill, 2010.
- SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer: Como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES**. Porto Alegre: Sulina, 2010.